



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

**A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: RACISMO, SEXISMO E PAUPERISMO NOS
PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.**

CARMEN FERREIRA CORATO COSTA¹

LENICE NASCIMENTO DA SILVA²

LUCAS PERES COSTA MACHADO³

VICTÓRIA DE ABREU MOSTAPHIA⁴

YASMIM ELIAS P. DE CARVALHO⁵

RESUMO:

Ao pensar a formação social brasileira evidenciando o escravismo e a condição de inserção periférica ao capitalismo, objetiva-se apresentar como o racismo e o sexismo são fundamentais para a manutenção da desigualdade social. O pauperismo tem cor e é fruto de um processo histórico de dominação e subjunção do corpo negro, sendo fundamental uma escolha profissional antirracista e antissexista.

Palavras-chave: 1; Formação Social 2; Escravismo 3; Racismo 4; Sexismo 5; Serviço Social

ABSTRACT:

Upon analyzing Brazilian social formation, emphasizing slavery and its peripheral insertion into capitalism, the goal is to show how racism and sexism are fundamental to maintaining social inequality.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Pauperism is racialized and is the result of a historical process of domination and subjugation of the Black body, making an anti-racist and anti-sexist professional choice essential

Keywords: 1; Social Formation 2; Slavery 3; Racism 4; Sexism 5; Social Service

Introdução

Inserido no contexto do capitalismo dependente, o Brasil, como outros países colonizados, apresenta singularidades em sua formação social, moldadas pelas relações políticas e econômicas estabelecidas desde a chegada dos portugueses no século XVI. Abordar essa temática de forma crítica significa contrapor-se ao discurso da classe dominante, que busca perpetuar costumes e características das relações sociais oriundas do escravismo.

Perceberemos a forma como essa relação se adaptou com as transições político-econômicas no mundo, o que reflete internamente, fazendo com que a elite branca tivesse que criar novas maneiras de velar as relações sociais escravistas, manifestadas agora no trabalho formal, nas relações de dependência, referentes mesmo nas necessidades fisiológicas mais básicas do ser humano, entre as classes pobres de trabalhadores e o Estado que representa os interesses da burguesia. Essas expressões de dominação econômica capitalista, evidenciam-se na criação de estereótipos, dentro dos campos econômicos e sociais apresentados, absorvidos pela mente do indivíduo, por meio da invenção da suposta existência de seres mais ou menos dotados que outros. Os tido como menos dotados, num mundo ideal, passaram a ser lidos como cidadãos de segunda classe por seu gênero e raça, o que em razão direta possibilita a hiperexploração da força de trabalho de pessoas negras e indígenas. (Corato, 2022).

Principalmente no que se refere ao campo do trabalho, seguem restauradas essas relações, e uma das estratégias para isso é o apagamento do protagonismo nos processos de resistência de quem foi escravizado/a, com objetivo de seguir explorando e abusando desses corpos. Assim, o presente artigo visa refletir a formação social brasileira no que diz a sua construção, percorrendo do regime colonial ao capitalismo tardio, as estruturas verticais de dominação burguesa sobre o povo e as suas consequências na sociedade, e quais os instrumentos utilizados pelo Serviço Social para um enfrentamento antirracista. Intelectuais renomados sobre o tema em questão foram utilizados como referência: Lélia González, Clóvis Moura, Carmen Corato, Sueli Carneiro, Maria Lucia Lopes, entre outros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O racismo e o sexismo no Brasil têm raízes históricas profundas, entrelaçadas com o período escravocrata e a colonização. Clóvis Moura (2021), argumenta que a escravidão formou a base da economia nacional, gerando riqueza para a elite branca, enquanto relegava os negros à marginalização, do “bom escravo a mau cidadão”, parafraseando este mesmo autor em outra de suas obras. A abolição não significou a integração dos ex-escravizados na economia formal, mas sim sua exclusão sistemática. Tendo em vista que a grande parte da população negra se encontrava - e ainda é assim - em postos de trabalho precarizados, Lélia Gonzalez (1984), analisa como essas dinâmicas de opressão são perpetuadas na sociedade contemporânea. Ela destaca a interseccionalidade, mostrando que as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação que combina racismo e sexismo. Gonzalez (1984) argumenta que as práticas culturais e as instituições brasileiras reforçam essas opressões, principalmente devido ao racismo que estruturou-se na sociedade brasileira, onde a mulher negra na grande maioria das vezes ser vista apenas como objeto de desejo. Maria Silva (2009) contribui com sua análise da desigualdade racial e de gênero, apontando como as políticas públicas frequentemente falham em abordar as necessidades específicas das mulheres negras. A obra de Sueli Carneiro (2001), complementa essa discussão ao demonstrar a persistência das disparidades estruturais que impedem a ascensão social dos grupos oprimidos.

É pela importância de se debater as opressões sofridas por grupos sociais, inseridos no conceito das classes sociais, que Kimberlé Crenshaw (2002), ativista e estudiosa social, criou o conceito de interseccionalidade, com objetivo de desanuviar a forma como as opressões afetam os grupos sociais oprimidos concomitantemente, desmistificando a lógica do individualismo, imposta pelo capital, que é a sua essência, e unificar as lutas sociais contra o massacre que a elite impõe sobre o povo. Dada ordem burguesa racista, os indivíduos já nascem com a vocação, índole, moral e outros atributos de acordo com a raça e o gênero, onde o homem branco, cis, heterossexual ocupa as profissões de prestígio, e quanto menos semelhante a ele o outro for, irá ocupar as posições sociais mais precarizadas e marginalizadas.

Desse modo, o texto foi dividido em três eixos, sendo eles: “racismo e sexismo no Brasil”, “pessoas em situação de rua: como o racismo opera na retirada dos direitos”, e “antirracismo e Serviço Social”. O texto aborda os eixos numa perspectiva histórica, sempre fazendo o exercício de ir ao passado, no regime colonial, para explicitar a construção do sistema capitalista, seus impactos ao longo da história, e a forma que a sociedade brasileira se desenvolveu numa condição de país capitalista dependente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A importância de uma abordagem histórica, temporal, em paralelo com o presente, se dá na desmistificação da ideia de que o racismo ficou no passado, como afirmam os conservadores, bem como o discurso de que a mulher é igual ao homem na sociedade atual, falácias propagadas para mascarar as desigualdades que gritam nas ruas, ao mesmo tempo refletir sobre a origem da questão social, objeto profissional, e a forma como ela se altera de acordo com o avanço do capitalismo, dessa forma, aplicar o pensamento crítico ao trabalho profissional do Serviço Social.

1- Racismo e Sexismo no Brasil

Analisar criticamente a formação social brasileira se trata de uma escolha teórico-metodologicamente marxista, visto que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) estavam interessados em compreenderem por que certas nações fizeram as grandes revoluções burguesas, tais como a Inglaterra e a França, enquanto outras não, assim como a Alemanha, país de origem de Marx. Para o pensamento marxista existe uma totalidade das relações sociais no modo de produção capitalista e cada nação irá se desenvolver de acordo com as particularidades (Sereni, 2013).

Para ser capitalismo necessariamente implica em existir a propriedade privada dos meios de produção fundamentais a produção e a reprodução material da vida, a exploração da força de trabalho livre e assalariada e a extração de mais-valia. Ao considerarmos as revoluções inglesa (1760) e francesa (1789) como marcos de consolidação dessa sociabilidade, podemos notar que é algo recente, tem pouco mais de duzentos anos, em que uma parte dos cidadãos (aqui está no masculino porque a figura dominante capitalista são homens, brancos, cisgenero e heterossexuais, ainda que saibamos que existem milhares de mulheres, brancas e burguesas no mundo) detém os meios de produção, a burguesia, e a outra parte possui apenas a força de trabalho livre para ser assalariada, o proletariado (Netto; Braz, 2010).

É o enfrentamento entre essas duas classes sociais que move a história recente, visto que às classes dominantes interessa manter a ordem social que controla e domina, enquanto que as classes trabalhadoras lhe tocam o anseio de superar essa sociedade que a explora e enriquece às custas de seu empobrecimento, na melhor das hipóteses. Dito de outro modo, vivemos em uma sociabilidade erguida e sustentada por contradições insolúveis dentro dela mesma, antagonismos esses que podem levar a uma transformação social, se assim a classe trabalhadora se organizar e protagonizar, pois foi o interesse em edificar uma sociedade humanamente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

emancipada que levou Marx e Engels a construir uma teoria social capaz de vislumbrar e praticar uma proposta revolucionária societária (Netto; Braz, 2010).

Assim, apreender as particularidades do Brasil demanda considerar os determinantes gerais do capitalismo em nossa formação sócio histórica, o que exige analisar o quanto a escravidão nos legou um caminho bastante particular de nos inserirmos no modo de produção capitalista. Em países como o nosso, o tipo de capitalismo que aqui desenvolveu-se foi o dependente, assim sintetizado por Corato (2022, p. 188):

Entendo por capitalismo dependente uma forma específica de desenvolvimento das relações capitalistas que estão assentadas na herança colonial, nos mecanismos de transferência de valor, na superexploração da força de trabalho, que além de garantir a acumulação de riqueza à burguesia nacional, drena nossas riquezas para a burguesia internacional.

Nesse sentido, uma análise teórico-metodológica comprometida com uma revolução social, requer, necessariamente, considerar as relações étnico-raciais, uma vez que a hierarquização e classificação raciais impostas pela noção de mundo europeia durante o período colonial, se autorreferenciou como um ser pretensamente superior, e categorizou as civilizações originárias dessas terras e africanas como supostamente inferiores. Tal segmentação humana, nos termos de Williams (2012), serviu para assegurar os interesses econômicos das nações europeias em rapinar as riquezas naturais, num primeiro momento, e posteriormente, em exportar para as metrópoles os produtos agrícolas produzidos através do trabalho escravizado.

Desse modo, o entendimento que aqui se tem acerca do racismo é que serviu como um determinante econômico para garantir a exploração das riquezas naturais e agrícolas dos países colonizadores, seja no período da assim chamada acumulação primitiva de capital ou em sua fase de consolidação. Portanto, o racismo é mais que uma arma de dominação ideológica, ele determinou o modo como o capitalismo se constituiu e se consolidou, porque produziu uma nefasta autorização de que aos corpos socialmente lidos como negros e indígenas a tudo pode ser destinado, desde os mais altos mecanismos de exploração da força de trabalho até mesmo as formas mais brutais de assassinatos para manter a paz branca em explorar a força de trabalho das pessoas não brancas (Corato, 2022).

Ao nos aprofundarmos numa leitura crítica, antissexista e antirracista da formação social brasileira, nos depararemos com a construção social acerca da mulher negra que vem desde o período escravocrata e se estende no capitalismo, que se relaciona com esses corpos a partir de intenções sexuais do homem branco, baseadas na continuidade da violação dessa mulher, que na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

escravidão era o seu senhor e no capitalismo é o patrão. Analisar a construção imagética da mulher negra historicamente, dada a transição do período colonial para o capitalismo, mudança no modelo econômico que altera as relações sociais, mas que manteve intacta as relações de poder do homem branco.

Na medida que o europeu se autodeclarou um ser dito superior, tornou-se um ser supostamente universal, visto que impôs o seu modo de vida particular de vida para o mundo todo. Assim, esse ser pretensamente universal nada mais é do que a noção ocidental de humanidade, um ser muito particular universalizado, isto é, o homem, branco, de ascendência europeia, em idade produtiva, heterossexual, cisgenero e sem nenhuma deficiência, que ao observarmos a realidade brasileira são as pessoas que comandam esse país, ainda que tal ser não traduza realmente a diversidade humana dessa nação.

A história foi contada a partir da caneta do homem branco, caneta é o objeto para escrever e criar imagens, visto que não por acaso historicamente tivemos polímatas renomados e prestigiados com os maiores prêmios da literatura, como Gilberto Freyre e Monteiro Lobato, referenciados na educação básica e superior, fundamentais para desenvolver e manter o imaginário popular racista, e mais que isso, criar essa cultura racista estereotipada da qual falamos.

Assim, todo ser humano que não seja esse tipo muito particular de humanidade sofrerá algum tipo de opressão, pois o existir desses corpos, nega, na melhor das hipóteses, o ser supostamente universal. Corato (2022) ao analisar a relação entre exploração e opressão nos evidencia que a última existe para manter a primeira, ou seja, na órbita do capital se oprime porque o que se pretende é manter a exploração da força de trabalho livre e assalariada para extração de mais-valia. Em outros termos, as opressões ocorrem não porque existem diferenças biológicas entre os seres humanos, pois a ciência já comprovou que pessoas negras e indígenas não são inferiores as pessoas brancas, tampouco as mulheres são menos capazes do que os homens ou então que homossexuais, lésbicas e outras diversidades são menos humanas que o tal ser particular universalizado, elas, as opressões, ocorrem porque se quer manter a exploração, nem que isso custe vidas de pessoas não brancas.

Nesse sentido, existe um nefasto entrelaçamento entre a exploração capitalista, o racismo, o sexismo, o capacitismo, o etarismo, porque ao fim e ao cabo todas essas formas de oprimir, diversidades humanas são funcionais para que o capitalismo siga explorando a força de trabalho, imprimindo uma profunda disputa no interior da classe trabalhadora, cujo interesse maior é

explorar ainda mais, visto que o injustificável assume uma aparente justificativa. Isto é, nada justifica que uma mulher e negra com o mesmo grau de escolarização e cumprindo a mesma tarefa que um homem e branco ganhe até 50% menos¹ (Brasil, 2024).

Analisar a formação social brasileira considerando o quanto o racismo e o sexismo determinam o lugar social imposto para as mulheres e os homens negros/os e indígenas nos ajuda a apreender o por que ser desse grupo racial significa ser pobre, o que equivale a dizer que ocupam os postos de trabalhos mais precarizados e menos remunerados e seguindo essas veredas, iremos analisar com mais detalhes no próximo item um segmento populacional muito estigmatizado e bastante violentado, justamente porque a maioria são homens e negros.

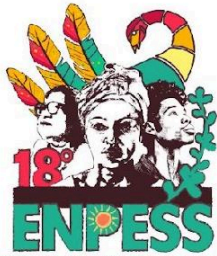
2- Pessoas em situação de rua: como o racismo opera na retirada de direitos

No Brasil, em acordo com Moura (2021), o escravo enquanto classe formou um dos polos da contradição mais importantes no período escravista, formando estruturalmente a economia nacional, sendo o produtor de riqueza geral, através de seu trabalho. Entretanto, com a pressão exterior para que a produção nacional se ajustasse aos moldes de produção capitalista, o tráfico negreiro foi suprimido e foi incentivado a incorporação de imigrantes europeus para ocuparem os postos de trabalho que antes eram preenchidos por força de trabalho escravizada, através de uma justificativa eugênica que incapacitava e reduzia os ex-escravizados, assim, o negro embora livre das senzalas, foi impelido ao *pauperismo*², visto a falta de incorporação ao processo de trabalho livre, criado após 13 de maio de 1888, ou seja, nem ao menos sendo viabilizadas possibilidades de venda da força de trabalho, estabelecida pela dinâmica do modo de produção capitalista (Moura, 2021).

Foi através do rebaixamento do valor da força de trabalho dos povos anteriormente escravizados, tanto por serem lançados ao desemprego, quanto pela luta das classes dominantes por uma reforma eugênica dos salários maiores para os brancos, menores para os negros (Moura, 2021), que foi promovida a existência de uma grande parcela supérflua para o capital, a

¹ Conforme apresentado no 1º Relatório Nacional de transparência Salarial e de critérios remuneratórios do Ministério do Trabalho e Emprego.

² “ O pauperismo constitui um asilo para os inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (...).O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (Marx e Engels, 2023, p. 719) - *grifos originais*.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qual inserimos as populações em condição de rua, reguladora dos baixos salários, ocupada por negros/as e indígenas, deste modo, formando a reserva do exército industrial de reservas, os quais foram destituídos da possibilidade de se tornarem cidadãos e cidadãs de sequer vender a força de trabalho em troca de um salário para manter a si e a sua prole. Dentro desse conjunto de trabalhadoras/es que ficaram, intencionalmente, às margens na sociabilidade capitalista emergente no pós abolição, um conjunto de pessoas jamais ingressaram no mercado de trabalho formal e tampouco acessaram políticas públicas que reparassem econômica e culturalmente quem edificou esse país durante os quase quatrocentos anos de escravidão e a única saída que restou foi viver literalmente nas ruas.

Em linhas gerais podemos afirmar que esses foram os condicionantes histórico-estruturais que marcam o surgimento dessa classe paupérrima que sobrevive nas ruas, como explicado por Silva (2009, p.96). O surgimento do capitalismo na Europa Ocidental fomenta instrumentos para nossa análise sobre a Questão Social ser intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo em qualquer país em que ele se instaure, ou seja, a produção de riqueza e acumulação capitalista impõe a existência da população em situação de rua, pois impõe a acumulação de capital e por consequência a extrema desigualdade social e pauperismo.

Nesse cenário de marginalização compulsória dos povos ex-escravizados, postos em liberdade, sem reparação e inserção social e seguindo a influência eugenista, que ainda hoje “os valores etnocêntricos das classes dominantes representam uma reforma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores” (Moura, 2021, p.28), sendo essa característica de impossibilidade de mobilidade das classes subalternas, uma característica presente na contemporaneidade que impõe limites até mesmo a ampliação do acesso as políticas públicas, visto que “Até mesmo as políticas sociais que tem como base princípios e diretrizes universalizantes, como a saúde e a educação, têm sido implementadas de forma residual e restritivas” Da Silva (2009, p.175), assim a autora caracteriza as políticas sociais vigentes como insuficientes para a proteção das camadas mais empobrecidas da sociedade, de acordo com a mesma, os critérios de acesso a essas políticas mais afastam do que ampliam as camadas assistidas.

Moura (2021) aponta alguns aspectos que marginalizaram a população afrodescendente como consequência do sistema escravocrata utilizado durante a colonização para a produção de riquezas dos senhores. Este mesmo autor sugere uma análise crítica das causas sociais, econômicas e culturais que criaram o estereótipo do "mau cidadão". Ele também enfatiza a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

violência institucional contra os negros, especialmente homens e meninos, destacando como as classes dominantes brasileiras (leis, polícia, governo) têm agido de forma desumanizadora e discriminatória diante dessa população. "Esquadrões da morte, 'mãos brancas' estão aí matando negros à vontade: observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país." (Gonzalez, 1984, p. 231). Através dessa observação, podemos refletir também sobre quem é a maioria da população em situação de rua no Brasil.

Ao pensarmos como o racismo opera para a permanência das pessoas em condição de rua, devemos observar os dados estatísticos sobre essa população, onde podemos ver que a população negra em situação de rua é a maioria desse grupo populacional, representando cerca de 67% de uma população de cerca de 281.472, segundo estimativa do IPEA (Natalino, 2022, p. 11). Os estigmas que esse grupo populacional carrega os responsabilizam individualmente por sua condição, atribuindo aos mesmos adjetivos como: "vagabundos", "desocupados", "bandidos", dentro outros (Da Silva 2009, p.119), algumas dessas atribuições são históricas para a população negra, se resgatarmos em caráter de exemplo a Lei Nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, conhecida popularmente como " Lei da Vadiagem", que criminaliza as pessoas (majoritariamente negras) por estarem "desocupadas" vagando pelas cidades.

Assim, podemos encontrar na análise social sobre a população em situação de rua do Brasil um reflexo sócio-histórico fruto de um passado colonialista escravagista, que mantém suas marcas no ideário popular que estigmatiza essas pessoas, fortalece o pensamento racista, atribuindo o resultado da superexploração capitalista ao indivíduo e não ao sistema capitalista propriamente dito, o qual se mantém e se fortalece em uma dinâmica que obriga um alto contingente populacional à extrema pobreza e marginalização compulsória.

3- Antiracismo e Serviço Social

O combate ao racismo no Serviço Social é uma pauta que vem sendo tensionada no interior da categoria desde o fim da década de 1970, quando assistentes sociais autodeclaradas negras, durante o famigerado Congresso da Virada, sinalizaram a necessidade da profissão dialogar com as lutas de combate ao racismo, bem como promover a igualdade racial por meio de políticas públicas, que mais tarde passaram a ser denominadas de políticas antirracistas (Almeida; Rocha; Branco, 2019). No entanto, essa pauta somente ganhou relevância recentemente, mais ou menos dez anos atrás, visto que o movimento negro em sua diversidade tem denunciado aos

quatro ventos o quanto a sociedade brasileira é racista, o que tem impactado positivamente a profissão.

O antirracismo se trata de uma pauta que visa melhorar as condições de vida da população negra e indígena que vive em condições bastante adversas, uma vez que nos pós abolição tanto o Estado quanto os ex escravizadores se desresponsabilizaram por completo do destino social de quem passou quase quatro séculos sendo escravizado e que após o 13 de maio, dia de assinatura da Lei Áurea, a qual extinguiu a escravidão no Brasil, sequer essa população tinha para onde ir, e muitas pessoas continuaram nas fazendas onde eram escravizadas, enquanto outras foram compor as incipientes favelas, sobretudo no Rio de Janeiro, então capital federal (Corato, 2022).

Além da desresponsabilização do Estado diante dessa massa popular, houve algo bastante perverso, que foi o financiamento público para a vinda de imigrantes europeus para ocuparem os postos de trabalho na condição de trabalhadores livres e assalariados, o que ao fim e ao cabo, contribuiu enormemente com a não inserção dessa massa no mercado formal de trabalho, legando a uma condição de pauperização irreversível, pois se tratou de uma política pública de marginalização dessas pessoas, o que nos ajuda a entender porque ser uma pessoa negra ou indígena é o mesmo que ser pobre. Assim, a reivindicação de políticas públicas antirracistas se trata de um processo paliativo para diminuir a desigualdade social, que neste país sempre teve a cor e o gênero como um determinante (Corato, 2022).

Destarte, voltar ao passado escravocrata para apreender o por que ser negro/a e indígena é o mesmo que ser pobre neste país, além de possibilitar que possamos compreender as particularidades de nossa formação social, contribui enormemente no trabalho de assistentes sociais, que, conscientes ou não, atendem majoritariamente pessoas negras, porque são elas que tem os seus direitos violados, logo, são as sujeitas usuárias dos serviços sociais e na medida que a formação profissional passa a considerar as relações raciais como determinantes no modo como o capitalismo se constituiu, se consolidou e opera, poderá atuar de modo a promover a igualdade racial.

O Serviço Social apresentou, em 1993, um Código de Ética profissional que afirma uma posição contrária a qualquer tipo de discriminação, incluindo em seu décimo primeiro princípio o termo etnia, para apresentar um posicionamento contrário a discriminação étnica, embora possamos compreender que há um compromisso com a defesa dos direitos humanos e justiça social a qual se estabelece as bases para o reconhecimento do racismo estrutural e da opressão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sexual (Almeida,2019) como dimensões fundamentais para compreensão da questão social como fruto da exploração capitalista do trabalho, precisamos entender que ainda há muito a se avançar em relação a apreensão das relações raciais e da luta antirracista na categoria, como explica a autora De Paula:

A própria escolha da categoria profissional pela inserção, nos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, do termo “etnia”, ao invés de “raça”, pode ser considerada um bom indicador de que essa reflexão se coloca como fundamental. O debate sobre raça, racismo e discriminação racial se baseia na construção de um sistema hierárquico de classificação de pessoas, o qual foi utilizado como forma de exploração e escravização através do globo. Etnia, por sua vez, trata-se de um conjunto sociocultural, histórico e psicológico, que segundo Munanga (2003) se constitui em uma categoria lexical mais aceitável que raça.(2020, p. 167)

Vale salientar que nem sempre a categoria profissional do Serviço Social manteve um pensamento crítico frente a luta de classes³, afinal, o surgimento da profissão, dados os interesses conservadores, marca uma necessidade de conciliação entre os trabalhadores e a burguesia para conservar a ordem capitalista. A primeira aproximação com o pensamento marxista se deu nos anos 60 do século passado, quando assistentes sociais tiveram acesso a obras de intérpretes da obra de Marx, giro esse fundamental para o florescimento do movimento de reconceituação da profissão na América Latina, que no Brasil se expressou com o movimento de Renovação profissional naquela mesma década e que seguiu até início dos anos de 1980, quando Marilda Lamamoto, instrumentalizada com o método marxiano, passou a analisar o Serviço Social dentro de uma perspectiva das relações sociais capitalistas, e desde então, o marxismo foi tomando densidade, até que na década de 1990 se espalhou pela categoria, se tornando um pensamento hegemônico (Netto,1989).

Assim, compreende-se que para adquirir um posicionamento mais direcionado aos interesses da classe trabalhadora, hegemonicamente a profissão precisou romper com o conservadorismo e identificar-se também enquanto classe explorada. E é na perspectiva crítica ao sistema de manutenção das desigualdades sociais, bem como no movimento de produção do conhecimento dentro das ciências sociais aplicadas, que a categoria profissional pode se

³ “São as diversas manifestações desses tensionamentos entre as classes sociais fundamentais (burgueses e proletários, mas não somente) que o marxismo denomina de lutas de classes” (CORATO, 2020, p.41)

aproximar da formação sócio histórica brasileira e, como explicado por Corato (2020), foi em cima de uma estrutura de produção escravocrata que o capitalismo pode se consolidar nesse país, sendo assim, refletir sobre o passado de escravidão é entender as raízes da formação da classe trabalhadora nacional, bem como a dos usuários do Serviço Social, diretamente relacionada a uma transformação de seres humanos em mercadorias.

Tendo em vista que a escravidão deixou marcas profundas no pensamento social, devemos compreender que um dos determinantes sociais da pobreza é o marcador racial, visto que:

O racismo precisa ser desvelado e desmascarado porque, de outro modo, continuará seguindo triunfante e exterminando as negras e os negros – prática que avança desde o século XVI. O racismo no Brasil nunca foi sutil, ao contrário, sempre foi extremamente violento e despuadorado. Após 1888, a população negra passa a ser considerada livre e possui status de cidadania brasileira, no entanto, sem condições objetivas e subjetivas para tanto. Ademais, em nenhum momento da história cogitou-se a possibilidade de realizar um processo de reparação econômica pelos quase 400 anos de escravização, ficando evidente o porquê de a população negra compor as favelas, morros e periferias urbanas e rurais. (Corato, 2020, p. 49)

Assim, podemos identificar que para os/as assistentes sociais, que corroboram com o pensamento crítico, é indispensável travar uma luta antirracista, afinal, a classe trabalhadora que é público de sua atuação profissional é majoritariamente negra e ao observar a formação histórica nacional indica que o passado escravista segue demarcando os horizontes de possibilidades dessa população, motivo pelo qual a maioria das pessoas em condição de rua é negra e tal análise não estar na formação profissional fará que as/os profissionais do Serviço Social, conscientes ou inconscientes, sigam retirando direitos dessa população que vive em situação bastante desumana.

Considerações finais

É importante destacar que a escravidão marca as relações sociais no Brasil em todos os âmbitos, inclusive, foi um dos modos de produção que legou marcas para a constituição do capitalismo dependente no país. Também se destaca a compreensão do racismo e a racialização da força de trabalho como a ideologia dominante do capitalismo dependente brasileiro, devido ao processo de expansão e imposição violenta da sociedade ocidental sobre outros povos do mundo, em outros termos, se tratou de um processo de hierarquização de classes, tendo a raça como fundante. Esse processo também impulsionou pessoas negras à marginalização, pois, quanto mais mercadoria a classe trabalhadora consegue produzir, mais ela chega ao estado de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pauperismo, visto que as relações sociais capitalistas existem para manter a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. "É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecer-las" (GONZALEZ, 1984, p. 232, citando FREUD, grifo nosso). É em consequência desse cenário historicamente desigual, que a população que se encontra em situação de rua atualmente, seja majoritariamente negra e tenham grande parte de seus direitos negados.

A exploração de temas que dizem respeito as expressões da questão social são fundamentais no âmbito acadêmico, mas ineficientes se não aplicadas no cotidiano da profissão, por isso, toda materialidade de estudos e documentos que dão sustentação a forma como o Serviço Social se mostra para sociedade tem comprometimento com o reconhecimento e afirmações populares dentro do sistema capitalista, se fazendo vanguarda na luta pelos direitos dos grupos historicamente oprimidos. Para isso, é necessário que se conheça a raiz de toda expressão da questão social que observamos hoje a olho nu nas periferias do Brasil, permitindo se traçar estratégias para garantir a cidadania do usuário, dentro de um regime democrático, que se sustenta com o ideário da democracia racial e isso precisa ser dito e desconstruído.

A ofensiva do capital contra o trabalho desde a crise de 1970 tem aumentado e se expressa de diversas formas, as quais vão desde a propaganda neoliberal que visa ludibriar o povo, estimulando o consumo, concedendo crédito aos geradores de juros absurdos e dizendo que a crise do capital está nos gastos excessivos com a área social, até as nefastas políticas de retiradas de direitos sociais duramente conquistados.

Outro ponto de importante análise é a financeirização do capital, que gera a falsa impressão de que não há relação entre a superexploração da força de trabalho, com os superávits dos bancos e das empresas multinacionais dos países imperialistas que aqui se instalam. O capital que nos faz acreditar que a geração de riqueza em nada tem a ver com o trabalho e sim com dinheiro que gera dinheiro, motivo pelo qual de tempos em tempos esse sistema social entra em crise, e como Marx e Engels anunciaram no século XIX, a fonte de toda riqueza onde rege as normas capitalistas, sempre será o trabalho (Iamamoto, 2008)

A automação, fruto da reestruturação produtiva, vem desenvolvendo tecnologias que estão a serviço do capital, que, direta ou indiretamente atingem o Serviço Social, seja porque o desemprego tem aumentado cada vez mais, dada a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, o que aumenta as demandas de trabalho às/aos assistentes sociais que se veem em uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

saia justa, visto que o Estado tem cortado enormemente os gastos com as políticas sociais e porque a automação também tem produzido alterações no próprio ambiente de trabalho dessas/es profissionais, o que tende ameaçar cada vez mais a qualidade do serviço prestado pela/o assistente social.

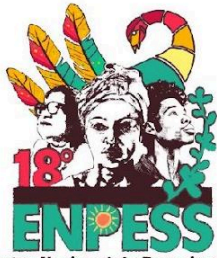
Alinhadas com as falácias neoliberais, também cresce o discurso de extrema direita no Brasil e no mundo. O reacionarismo é a forma mais escrachada de apoio ao massacre as massas oprimidas, sem escrúpulos, vendendo a carnificina e o abandono como solução, fundamentado na lógica liberal do individualismo, a extrema direita ganha força, e se permite ter falas absurdas, cheias de ódio e discriminação que se espalham e ganham força no seio popular.

Para entender a estratégia traçada pela elite para conduzir os rumos políticos e sociais para o seu próprio interesse, é necessário o estudo da formação sócio histórica, pois nele ficam explícitas as ideias conservadoras e colonialistas de dominação que atuam na população negra e indígena as posicionando como principais inimigas. As dimensões investigativa, ética e teórico prática da profissão são imprescindíveis para produzir conhecimentos e políticas públicas que possam responder às demandas das/os usuárias/os dos serviços sociais. O Serviço Social deve seguir levantando debates crítico no interior da categoria, bem como na sociedade brasileira, sendo ativo nas disputas políticas por garantia de direitos, ampliar a luta no combate ao racismo e pela promoção da igualdade racial, e mais, deve seguir tensionando os espaços sócio ocupacionais para cada vez mais se tornando lugares de promoção de políticas públicas antirracistas, pois pode se valer sua autonomia relativa, a qual encontra suporte nas elaborações da profissão, tais como o atual Código de Ética, a Lei 8662/93, as Diretrizes Curriculares de 1996, artigos, livros etc., em que tudo isso possibilita que se reconheça enquanto classe trabalhadora, motivo pelo qual essas/es profissionais devem estar ao lado da classe trabalhadora a fim de fortalecer o pensamento crítico, a autonomia e a organização civil na luta por direitos sociais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro**. In:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Congresso da Virada e o Serviço Social hoje – Reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **População em Situação de Rua**: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. 2023.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Brasília, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/janeiro/relatorio-de-transparencia-salarial-ja-podera-ser-feito-a-partir-da-proxima-segunda-feira-22>. Acesso em: 21.jul.2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAMON, A. R. M. **As “mulatas” de Di Cavalcanti - um estudo em Psicologia Social**. 2017. 105 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CRENSHAW, Kimberly. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. ESTUDOS FEMINISTAS, ano 10, p. 171-188, 2002.

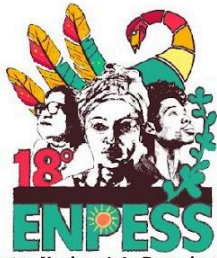
CORATO, Carmen. **Capitalismo, racismo e conservadorismo: análise crítica das particularidades da formação social brasileira**. 2022. 332 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

_____. **Formação social brasileira: interface com as relações raciais**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 46, 2020.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. CFESS, 2006.

Gomes, Laurentino. **Escravidão. 2**. Rio de Janeiro. Globalivros, 2021. 511 p.

GONZALES, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, M. V. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil.** In: Revista Em Pauta, n 21, 2008. (p. 117-139).

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Anita, 2014.

_____. **O negro: do bom escravo ao mau cidadão.** São Paulo: Dandara, 2021.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).** 2022.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista Serviço Social e Sociedade, v. 30, p. 89-102, 1989.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** - 6.ed. - São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca básicas de Serviço Social; v. 1).

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAULA, Aline Batista de. **Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 45, 2020.

ERENI, Emilio. **De Marx a Lenin: a categoria de formação econômico-social.** Revista de Geografia – Meridiano. Número 2, 2013, versão digital. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/17>. Acesso em 19/02/2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** Cortez Editora, 2009.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte; **CECAD - ferramentas de acesso a dados e informações o CadÚnico, disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome.** Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/levantamento-do-polos-de-cidadania-da-ufmg-revela-que-69-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-negra#:~:text=O%20Brasil%2C%20hoje%2C>. Acesso em: 7 jun. 2024.

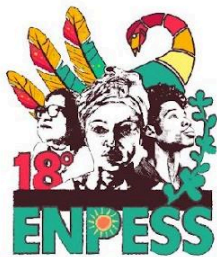


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

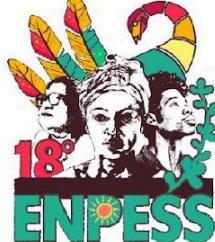
WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann; prefácio Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**